

Câmara discute urbanismo e segurança pública em SP

Iluminação, pedestres, ocupação dos espaços pautam encontro na capital

Da Redação

A Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara de São Paulo discutiu nesta terça-feira (20) a relação entre planejamento urbano e prevenção da criminalidade. O encontro teve a participação de Pedro Martin Fernandes, diretor-presidente da São Paulo Urbanismo, que apresentou considerações sobre como a arquitetura e a organização dos espaços podem influenciar a segurança na capital.

Iluminação, visibilidade e ocupação de áreas públicas estiveram entre os pontos abordados. A participação da SP Urbanismo foi aprovada por requerimento da vereadora Amanda Vettorazzo (União), presidente do colegiado e responsável pela condução da reunião. O documento relaciona o planejamento da cidade à prevenção de crimes e menciona a atuação da empresa em projetos

de requalificação urbana.

Na avaliação de Amanda, a discussão sobre segurança deve considerar a maneira como a cidade é planejada, além das ações de combate direto à criminalidade. A vereadora defendeu que o desenho e a manutenção dos espaços urbanos sejam examinados como instrumentos de prevenção. Para exemplificar essa relação, mencionou a insegurança associada a ruas sem iluminação.

O diretor-presidente da SP Urbanismo apresentou exemplos de transformações em Cidade Tiradentes, no extremo leste da capital, e em Paraisópolis, na zona sul. Ao tratar dessas experiências, apontou a necessidade de articulação entre urbanismo social, segurança pública e acesso à justiça. Esses três eixos foram relacionados em sua exposição sobre a organização da cidade e as condições de utilização dos espaços.

Fernandes abordou a in-



O requerimento que motivou o convite à SP Urbanismo destaca a visibilidade dos espaços e sua ocupação

tegração entre políticas de segurança e equipamentos sociais. Segundo ele, essas áreas precisam ser consideradas de forma conjunta no planejamento urbano. A apresentação tratou das possibilidades de interação entre as intervenções na cidade e as medidas voltadas à segurança, com atenção às características dos locais por onde a população circula e permanece.

A circulação de pedestres foi outro tema da reunião. O dirigente discutiu como as pessoas se deslocam e de que maneira as escolhas de planejamento podem aumentar ou reduzir fatores ligados à segurança. O enfoque incluiu tanto os trajetos quanto os espaços de permanência, den-

tro da análise sobre a relação entre o desenho urbano e o uso cotidiano da cidade.

Entre os aspectos citados por Fernandes estão a iluminação e a utilização das áreas destinadas à permanência de pessoas. Ele também mencionou o aperfeiçoamento da legislação em associação com a tecnologia como uma das possibilidades a serem examinadas pela Câmara. Esses pontos foram apresentados como caminhos para a continuidade das discussões sobre planejamento e segurança pública.

O requerimento que motivou o convite à SP Urbanismo destaca a visibilidade dos espaços e sua ocupação como elementos relevantes

para a prevenção da criminalidade. A requalificação urbana aparece nesse contexto como uma frente de atuação relacionada ao debate. Na reunião, a abordagem concentrou-se nas conexões entre a configuração dos ambientes e as políticas públicas discutidas pelo colegiado.

As manifestações de Amanda e Fernandes convergiram na defesa de uma análise da segurança que inclua as condições do espaço urbano. A parlamentar enfatizou a prevenção por meio do desenho e da manutenção da cidade, enquanto o representante da SP Urbanismo tratou da articulação das decisões com equipamentos sociais e acesso à justiça.

Câmara debate novos serviços para bancas de jornal

Da Redação

A Comissão de Turismo da Câmara de São Paulo discutiu nesta terça-feira (20) propostas para ampliar os serviços das bancas de jornais e revistas, com foco na orientação a visitantes e no apoio à segurança. A reunião ocorreu no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, no centro, e foi conduzida pelo presidente do colegiado, vereador Gilberto Nascimento (PL).

Entre as sugestões está a instalação de totens digitais com informações turísticas e sobre eventos na capital. Também foram propostas a criação de um botão de pânico para auxiliar na proteção de mulheres contra a violência e a integração das câmeras dos estabelecimentos aos programas Vi-

zinhança Solidária e Smart Sampa.

Participaram representantes da Associação dos Donos e Permissionários de Bancas de Jornal e Revistas da Cidade de São Paulo (Asbajore SP) e proprietários de bancas. O debate tratou de alternativas para que esses pontos comerciais ofereçam novos serviços diante das mudanças na forma de consumir informações.

DADOS DA PREFEITURA

Segundo dados da Prefeitura apresentados na reportagem da Câmara, a capital tem aproximadamente 2,1 mil bancas com licença de funcionamento, em todas as regiões. O total supera o registrado em 2020, quando havia cerca de 1,7 mil estabelecimentos. No início dos anos 2000, eram aproximadamente 5 mil.



A reunião ocorreu no auditório da Biblioteca Mário de Andrade

José Antônio Mantovani, proprietário da banca Vitória Régia, no Mandaqui, na zona norte da capital paulista, afirmou que os jornalheiros são procurados por pessoas que precisam de orientações sobre locais e trajetos. Para

ele, a confiança dos moradores nesses comerciantes pode contribuir para a oferta de informações sobre a cidade.

O presidente da Asbajore SP, Aguinaldo Trajano, que atua no setor há cerca de 46 anos, destacou a procura por

informações nas bancas. Segundo ele, os estabelecimentos servem como referência para quem busca orientações sobre pontos turísticos e outros destinos na capital.

A fiscalização foi outro tema abordado na Câmara. Maurício Pereira de Lima, dono de banca há 12 anos, relatou muitas aplicações sem explicações suficientes sobre as irregularidades. Ele afirmou ter recorrido e obtido o cancelamento de uma autuação relacionada à exposição de uma camisa do Brasil dentro do estabelecimento.

Gilberto Nascimento informou que pretende compartilhar as sugestões com os integrantes da comissão para discussão na Câmara.

Com informações da Câmara Municipal de SP